

## Reflexões sobre a migração para a princesinha do Atlântico

### Reflections on migration to the Atlantic Princess

**Henrique Barreiros Alves**

Mestrando em Cultura e Territorialidades  
Universidade Federal Fluminense  
henriquebarreirosalves@gmail.com

**Juliana Gomes da Rocha Barreiros Alves**

Graduada em Direito  
Universidade Estácio de Sá  
julianagrb.alves@gmail.com

**Recebido em:** 10/11/2020

**Aprovado em:** 21/12/2020

**Resumo:** O presente trabalho parte das raízes históricas do litoral norte-fluminense após a chegada dos portugueses até a atualidade, realçando a cidade de Macaé. Evoca o desenvolvimento moderno e o território, visando a análise da identidade cultural macaense, alterada pelo fluxo migratório. Em vista disso, realiza revisão bibliográfica sobre o território utilizado por Milton Santos, bem como os lugares e não lugares de Marc Augé, aplicando-os ao entendimento da atual sociedade macaense e suas especificidades. Apresenta, portanto, dados quantitativos da formação social e aspectos culturais da sociedade da cidade para amparar o argumento de que os indivíduos envolvidos no fluxo migratório continuado (movimento pendular e de estabelecimento precário para trabalho) podem ter, no imaginário, essa cidade como um não lugar.

**Palavras-chave:** Migração; Identidade Cultural; Não lugar.

**Abstract:** The present work starts from the historical roots of the north fluminense coast after the arrival of the Portuguese until today, highlighting the city of Macaé. It evokes modern development and the territory, aiming to analyze the macaense cultural identity, altered by the migratory flow. In view of this, it carries out a bibliographic review on the territory used by Milton Santos, as well as the places and not places of Marc Augé, applying them in the understanding of the current Macanese society and its specificities. Therefore, it presents quantitative data on social formation and cultural aspects of the city's society to support the argument that individuals involved in the continued migratory flow (commuting and precarious work) may, in the imaginary, have this city as a non place.

**Keywords:** Migration; Cultural Identity; No place.

## Introdução

A década de 1970 marcou a cidade de Macaé pela instalação do polo industrial de exploração de petróleo, originado a partir da Petrobrás, que operaria grandes transformações no cotidiano da, até então, pacata cidade do interior Norte Fluminense do Rio de Janeiro. Esse marco constitui um ponto de partida para uma nova leitura de sociedade, reorganizada pelo alto fluxo migratório, o que passaria a caracterizar sua formação e desenvolvimento.

Nesse esteio, cabe refletir sobre os efeitos de tais modificações sobre a identidade cultural local, na interação que essa nova configuração de habitantes enseja com a projeção do patrimônio cultural característico da cidade. Para realizar essa aproximação, utilizou-se como base o conceito de não lugar proposto por Marc Augé, visando representar uma forma de relação com o território por esses novos elementos que compõem a sociedade.

O texto objetiva, portanto, discutir a relação do fluxo migratório com o patrimônio cultural constituído na localidade. A metodologia constituiu-se numa abordagem documental e bibliográfica, embasadas na pesquisa realizada pelo “Programa Macaé cidadão” e pelos levantamentos do IBGE, visando a análise dos elementos sociais e culturais dispostos por meio do pressuposto teórico de Augé.

Esse movimento tem origem na inquietação empírica provocada pelo desconhecimento manifesto do patrimônio cultural da cidade, reconhecido junto aos alunos participantes do projeto Centro de Memória do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense – *campus* Macaé, sendo possível constatar que essa peculiaridade se estende à sociedade, de forma mais alargada, como apontam levantamentos realizados, o que incita a necessidade de buscar formas de leitura dessa realidade.

## A cidade

Balneário e bucólica cidade, apelidada de Princesinha do Atlântico<sup>1</sup> em razão de suas belezas naturais e de seu extenso litoral situado na região Norte Fluminense, a história de Macaé pós “descobrimento” do Brasil remete ao início do século XVI, com o estabelecimento da Capitania de

---

<sup>1</sup> Designação afetivamente dada pela população à Cidade de Macaé. (MACAÉ, DO CAOS AO CONHECIMENTO, 2019).

São Thomé, conferida a Pero de Góis da Silveira por meio de Carta de Doação<sup>2</sup> assinada por Dom João III em 28 de janeiro de 1536, e as incipientes tentativas de expansão de povoaamentos para a direção norte, rumo aos Goitacás.

Durante a segunda metade do século XVI, a situação da capitania era de abandono após a retirada do primeiro donatário. Como destaca Carvalho (1888, p.72), “depois da retirada de Pero de Góes, em 1548, ficou em completo abandono, e assim esteve até o anno de 1570, epocha em que, aпроventando-se d’essa circunstância, bandos de aventureiros inglezes vieram estabelecer-se n’ella”.

Nesse período Portugal encontrava-se sob domínio da Espanha e da Dinastia Filipina, que fora avisada pelo governo de Madri por meio de Gondomar, ministro espanhol em Londres, sobre as investias inglesas sobre território brasileiro.

Então, o governo espanhol providenciou o estabelecimento de um povoamento para a defesa da terra, cabendo ao governador-geral Gaspar de Souza estabelecer de cem a duzentos índios numa aldeia sobre o rio Macaé, de frente da Ilha de Santana, e a fundação de um povoamento semelhante sobre o rio Seripe (hoje Rio das Ostras), onde os invasores buscavam as madeiras de Pau-brasil, principal mercadoria contrabandeada (CARVALHO, 1988, p. 327).

Em 1630, período no qual a capitania estava sob domínio da Coroa, padres jesuítas dirigiram uma petição ao Capitão-Mór Governador da cidade do Rio de Janeiro, Martim Corrêa de Sá, procurador dos donatários ausentes, para que ele lhes concedesse duas sesmarias abrangendo as terras entre a barra do rio Macahé e a do rio Parahyba, e outra entre o rio Macahé e o rio Seripe. Obtendo despacho favorável, foram erguidas a Capela de Santana, um engenho e um colégio, em um lugar posteriormente conhecido como a Fazenda dos Jesuítas de Macaé, até que, em 1759, no reinado de D. José I, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas possessões.

Em 1795, após a expulsão dos jesuítas, as terras foram redistribuídas e a localidade recebeu novos migrantes, provenientes de Cabo Frio e de Campos dos Goytacazes. “Os bens pertencentes aos jesuítas foram adquiridos por meio de leilão por Gonçalo Marques de Oliveira que, por um tempo, foi o dono da cidade?” (ANUÁRIO DE MACAÉ, 2012, p. 18).

---

<sup>2</sup> Transcrição do documento pode ser encontrada na obra “*Apontamentos para a História da Capitania de São Thomé*” de Augusto de Carvalho, publicada em 1888 em Campos dos Goytacazes.

Em 1813 Macaé foi elevada à vila por D. João VI, príncipe regente na época, após reclamações dos moradores sobre a falta de autonomia e sobre a dependência legal das decisões de Cabo Frio e de Campos. Em abril de 1846, a lei provincial n.º 364 estabeleceu a Vila São João de Macaé na categoria de cidade. Em obra datada de 1944, Alberto Lamego retratava Macaé em sua origem como uma vila de índios aldeados e pescadores (ANUÁRIO DE MACAÉ, 2012, p. 34). Observada sua natural vocação portuária, a região ainda conta, nos dias atuais, com a economia pesqueira.

Em 1910, o governador do Estado do Rio de Janeiro, Alfredo Baker, criou a Prefeitura Municipal de Macaé e, em 1938, passou a Comarca de Macaé a abranger Macaé e Casimiro de Abreu, o que só seria modificado após vinte anos, com a lei n.º 3.386, compondo o município de Macaé nos distritos de Macaé, Barra de Macaé, Carapebus, Quissamã, Córrego do Ouro, Cachoeiro de Macaé, Glicério e Sana. Posteriormente, foram incorporados os distritos de Vila Paraíso, Frade, Parque Aeroporto e Imboassica.

Até a década de 1960, Macaé, balneário de lazer, podia ser caracterizada como uma economia voltada à produção agrícola e ao comércio urbano dinamizado, naquele momento, pelos operários das Oficinas de Imbetiba e da malha ferroviária.

É após esse período da história recente que talvez esteja o principal divisor de águas para a cidade. A partir da década de 1970, com o estabelecimento da sede da Petrobras na cidade, Macaé experimentou um exponencial crescimento econômico e populacional, com impacto em diversas áreas, o que modificou sobremaneira a sua dinâmica até os dias atuais.

O estabelecimento de alguns marcos temporais, políticos e administrativos se fazem necessários para determinar a posição de onde se fala<sup>3</sup>, determinando influências das mais variadas ordens e contextualizando o leitor ao qual se volta o texto. É importante sempre destacar o caráter não linear da história (LE GOFF, 1990), de forma que, embora se estabeleçam pontos de mudança para efeito de melhor entendimento do encadeamento histórico no tempo vivido, esses processos convivam ou apresentem convergência.

---

<sup>3</sup> Como destaca Pierre Bourdieu (2006 p. 190), “Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social”.

Chama a atenção uma correspondência que, possivelmente, poderia ser traçada com relação a extração de pau-brasil e a visita interessada de “aventureiros ingleses”, citada por Augusto de Carvalho. Seria a *commodity* um novo pau-brasil que atraiu novos aventureiros à capitania de São Thomé, hoje Macaé<sup>4</sup>? Esse espírito aventureiro, interessado em acumulação de riquezas, e que está no cerne da questão migratória do capital e dos indivíduos, interessa ao presente estudo, pois é esse impulso arriscado que trará os impactos ao território.

Não se trata de buscar o delineamento de proposições circunscritas, mas de analisar as relações que se estabelecem entre os indivíduos e o território, sob a luz de seu tempo histórico, entrelaçado entre a modernidade e a pós-modernidade. É uma clara relação temporal distante, mas desvela o interesse contínuo na exploração econômica, bem como as transformações que se realizam através dela.

Embora até a década de 1960 a cidade já tivesse estabelecido conexões socioculturais com a Capital por meio do cotidiano movimento dos trens, que fez florescer os ferroviários como a principal classe trabalhadora da cidade (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 20), a grande mudança na sociedade ainda estava por vir.

Tal mudança partiria da instalação da Petrobras na cidade, marco que é determinante para a nossa análise, pois é a partir dela que a modificação na paisagem macaense acontece, trazendo contradições entre a modernidade, o desenvolvimento e a sociedade. É inevitável a atenção sobre a constituição do que se pode chamar de sociedade macaense e, para tanto, alguns referentes como desenvolvimento e território podem ajudar a nortear a discussão.

### **Desenvolvimento e modernidade**

É importante destacar o tipo de desenvolvimento pensado pelos gestores públicos para a modernização do Estado do Rio de Janeiro, e que se aplicou a Macaé e a outras localidades do Brasil, apoiando-se na ideia tradicional de desenvolvimento, de que a modernidade de base técnico-produtiva é imperativa para atingir o bem-estar. Deve-se destacar o viés etapista de desenvolvimento de Rostow (1960) onde:

[...] ainda prevalecente nas perspectivas de gestão pública, em que os espaços rurais, por exemplo, são entendidos como atrasados. Dessa maneira, este tipo de

---

<sup>4</sup> Parte do território correspondente à antiga capitania.

organização societária deveria ser extinto para que a modernidade fosse atingida, ou seja, como caminho condicional para uma sociedade industrial. Tal percepção ainda atinge os povos tradicionais como os das florestas, pescadores, caranguejeiros... que desenvolvem atividades artesanais e de subsistência (MOYSÉS, 2010, p. 4).

Sob essa nuance desenvolvimentista de viés econômico, Macaé teve sua paisagem totalmente alterada, o que não implicou necessariamente em impactos positivos para a sociedade nativa da cidade, ou mesmo para a população migratória<sup>5</sup> (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 45). Todo o desenvolvimento econômico que se deu por meio da cadeia produtiva do petróleo trouxe novos habitantes para a cidade, além de uma população flutuante, também responsável por movimentar a economia local. Mas isso não se refletiu no desenvolvimento social. A população flutuante<sup>6</sup> é oscilante, se relacionando a uma época ou demanda determinada, motivada pelo turismo ou pelo trabalho (IBGE, 2011). No caso de Macaé, os embarques e desembarques para as plataformas de petróleo *off-shore* poderiam se enquadrar melhor nesse conceito, diferente da pendularidade, que envolve uma prática cotidiana.

A busca pelo progresso, característica marcante da era moderna e também um propósito macaense, poderia ter atingido um ápice de modelo social desenvolvimentista<sup>7</sup> no Brasil. No entanto, pode-se dizer que isso ainda não se confirmou, vindo a cidade a tornar-se portadora de grande desigualdade, resultado claro do apogeu econômico<sup>8</sup>, neste caso, ligado à extração mineral.

Em estudo realizado recentemente verifica-se que, pelo menos até 2014, último ano antes da crise do preço do barril de petróleo, Macaé, a despeito dos elevados indicadores de crescimento econômico, como o PIB e o PIB per capita, e da maior arrecadação de impostos e de emprego

---

<sup>5</sup> Segundo o IBGE (2010, p. 212), a migração, é uma forma de deslocamento entre unidades geográficas, “envolvendo mudança permanente de residência”.

<sup>6</sup> Considera-se aqui também indivíduos que possuem domicílio de uso ocasional ou sazonal na cidade.

<sup>7</sup> Segundo Mercadante (2010, p. 31) *apud* Silva (2018b, p. 15), a estratégia social-desenvolvimentista consiste em elevar a questão social à condição de eixo estruturante do crescimento e desenvolvimento econômico, através da ampliação do mercado de consumo de massa, com políticas de inclusão social e de distribuição de renda: “[...] Esse fortalecimento do consumo popular e do mercado interno seria capaz de gerar um novo dinamismo econômico, bem como escala e produtividade para a disputa do comércio globalizado, impulsionando as exportações e consolidando a trajetória de crescimento acelerado e sustentado. Essa foi a base do programa de governo apresentado por Lula, em 2002. (MERCADANTE, 2010 *apud* SILVA, 2018b, p. 31).

<sup>8</sup> Encontra-se interessante contradição em notícia veiculada em jornal da cidade “Wilson Witzel: Precisa-se acabar com a dependência da indústria do petróleo”, onde o governador ainda entende com solução a indústria que gerou desemprego através da afirmação “Depois da crise, a indústria do petróleo saiu de Macaé, deixando muitos pais de família desempregados. A solução para o reaquecimento da indústria é a exploração dos poços maduros de petróleo e isso será estimulado na nossa gestão. Macaé é uma cidade muito importante economicamente para o nosso estado”. (SILVA, 2018a).

formal, não apresentou elevação semelhante de seus indicadores de desenvolvimento socioeconômico, caindo da 4ª posição no ranking estadual do IDHM em 2000, para a 7ª posição em 2010 (SILVA; CARVALHO, 2019, p. 45).

É curioso que esse paradoxo também se repita em outra cidade fluminense envolvida com a cadeia do petróleo. Duque de Caxias, cuja economia foi impulsionada na década de 1960 com a instalação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC) e a formação de um complexo industrial composto por petroquímicas e distribuidoras de gás de cozinha e combustível, teve seu IDH-M registrado pelo IBGE em 2000, alcançando a 56ª posição no estado e, em 2010, apresentou pequena melhora, ocupando a 49ª posição-(CAMAZ, 2015).

Chama a atenção o fato desses municípios terem um PIB tão expressivo, contudo, uma colocação paradoxal no IDH-M, o que, infelizmente, consolida a informação de que o desenvolvimento econômico não necessariamente se reflete na melhoria social para a população.

## **Território**

Para entender melhor as relações que se estabelecem na cidade, o presente estudo parte do pensamento de Milton Santos (1999) e sua noção de território, usado como categoria de análise.

A explicitação de território é determinante, embora seja um tema por demais complexo. Considera-se o território usado como balizador, posto que inclui o indivíduo com suas nuances políticas, sociais, culturais e econômicas.

[...] O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 2006, p. 15).

O autor refuta a ideia marxista da dialética sociedade-natureza, partindo de que a dialética somente se realiza a partir da natureza valorada pela sociedade, acrescentando que a “sociedade não atua sobre a natureza em si. O entendimento dessa ação é o nosso trabalho e parte do valor que é dado àquele pedaço de natureza – valor atual ou valor futuro”. Dessa forma, o território usado adequa-se à noção de território em processo, em mudança, e pode representar o dinamismo social, “constituindo o traço de união entre o passado e o futuro imediatos.” (SANTOS, 1999, p. 18-19).

A atenção está sob a dialética que se apreende dos termos valor e identidade, sob a égide do território. Os interesses e representações sobre determinado território caracterizado pela ação presente alinham-se ao valor de forma nítida. Sob este viés, apresenta-se a extração mineral, naquele período histórico (pós 1970) como um valor.

Na identidade é percebida uma correlação direta com o território pois, ao se pensar a territorialidade, o indivíduo é inerente ao conceito. Dessa forma, o território é uma construção concreta e abstrata, sendo a primeira, referente à paisagem e, a segunda, ao sentimento do indivíduo (RICETO; SILVA, 2008).

### **Sociedade**

Pode-se dizer que os últimos 50 anos descortinaram para a sociedade macaense rápidas mudanças no campo econômico, trazendo grandes impactos sociais e culturais para os habitantes da cidade. São vários os estudos que foram realizados sobre a economia na cidade, o que não é nossa intenção neste texto.

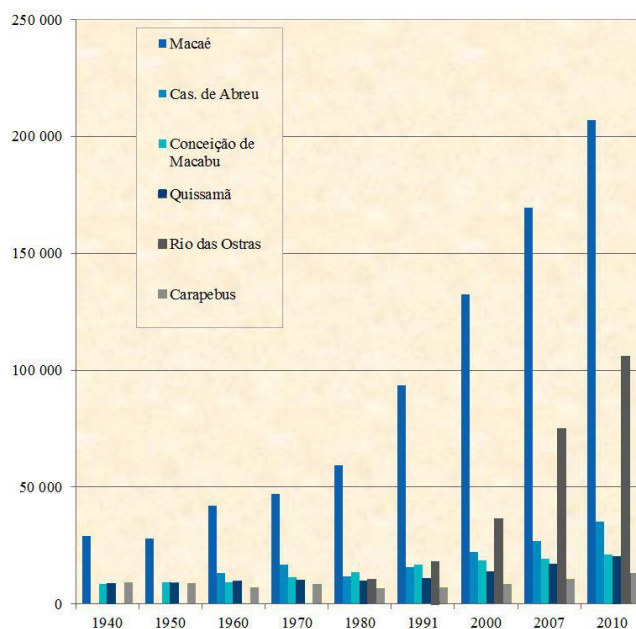
Um dos maiores impactos foi o fluxo migratório para o município, como destacam Sheila Silva e Teresa Faria (2012, p. 112),

Em busca do ‘ouro negro’, da possibilidade de se inserir numa atividade econômica promissora, a cadeia produtiva do petróleo que faz uso de tecnologia de ponta - uma promessa amplamente divulgada em nível nacional e internacional – milhares de pessoas migraram para o município de Macaé, a partir da década de 70. Macaé, em pouco mais de trinta anos, transformou-se numa forte área de atração de migrantes das mais diferentes procedências: regionais, metropolitanos e internacionais.

Conforme exhibe o gráfico abaixo, houve um grande fluxo migratório para a cidade e para as proximidades, que se acentuou após a década de 1970, quando a Petrobras se instalou no município.



**Gráfico 01:** Evolução da população residente no período de 1940 a 2010, nos Municípios selecionados



**Fonte:** IBGE apud ANUÁRIO DE MACAÉ (2012, p. 171)

Vale ressaltar o caráter atípico dessa migração para Macaé e cidades vizinhas. No ano de 1974 a cidade contabilizava 47.000 habitantes e, já no ano de 2010, último censo realizado, a cidade contava com 206.728 habitantes, dos quais 98,1% concentravam-se nas áreas urbanas. Em 2012, a população era de 217.951 habitantes. Se considerarmos o período entre 1970 e 2010, nota-se um crescimento de 440%, desconsiderados, ainda, os contingentes populacionais, chamados de pendulares, que se deslocaram para Macaé em razão de trabalho e estudo, e que não foram registrados no gráfico. Como estabelece o IBGE (2010, p. 210), esse tipo de deslocamento é o “movimento de pessoas que se deslocam, diariamente, para outros municípios e retornam aos seus domicílios a fim de trabalhar e/ou estudar”. É importante salientar que esse movimento não configura um movimento de migração, dado não constituir o estabelecimento permanente de residência na localidade.

Para os movimentos considerados pendulares, o censo de 2010 apresentou dados que reuniram o deslocamento para estudo e trabalho, auxiliando na quantificação desses contingentes.

**Tabela 1:** Municípios selecionados – Indicadores da Pendularidade Interna (2000 e 2010)

MUNICÍPIOS SELECIONADOS	2000			2010		
	Entradas	Saídas	Saldo	Entradas	Saídas	Saldo
Armação dos Búzios	2.972	258	2.714	7.245	1.027	6.218
Arraial do Cabo	804	1.125	-321	1.334	2.324	-990
Cabo Frio	6.713	6.020	693	15.630	16.298	-668
Carapebus	343	560	-217	338	2.799	-2.461
Campos dos Goytacazes	1.977	3.789	-1.812	4.966	9.183	-4.217
Casimiro de Abreu	1.694	1.370	324	3.472	5.704	-2.232
Conceição de Macabu	107	1.709	-1.602	248	3.321	-3.073
Macaé	7.436	829	6.607	31.248	2.088	29.160
Quissamã	239	649	-410	671	1.630	-959
Rio das Ostras	1.288	1.464	-176	6.548	14.811	-8.263
São João da Barra	434	1.222	-788	1.803	2.417	-614
São Pedro da Aldeia	916	5.928	-5.012	2.088	13.989	-11.901
<b>Total</b>	<b>24.923</b>	<b>24.923</b>	<b>0</b>	<b>75.591</b>	<b>75.591</b>	<b>0</b>

**Fonte:** IBGE *apud* SOUZA; PASSARELLI-ARAÚJO; VASCONCELOS JÚNIOR (2019, p. 74)

Com o registro de saldo positivo de 29.160, entre entradas e saídas, em 2010 Macaé foi o destino de 41% dos movimentos pendulares, aparecendo, portanto, como o principal destino do contingente do fluxo.

Outro dado de grande importância é a descoberta feita pelo censo realizado em 2010, a qual demonstrou que 42,6% dos habitantes residentes no município não são nativos de Macaé. Entretanto, o mesmo censo demonstra que 83,2% desses habitantes eram naturais do Estado do Rio de Janeiro (ANUARIO DE MACAÉ, 2012, p. 133).

Nesse cenário obtém-se um grande número de indivíduos transitando em um território, onde alguns fixam residência<sup>9</sup> e outros têm domicílio, porém não fixam residência; outros, acessam o território através de movimentos pendulares, considerando principalmente o trabalho e o estudo. Esse dinamismo, natural em qualquer cidade, e que é exacerbado em Macaé, configura elementos interessantes à territorialidade, sob o viés cultural e identitário.

<sup>9</sup> A Lei n.º 10.406 de 10 de janeiro de 2002 que institui o Código Civil, nos artigos 70 a 74 trata da definição de domicílio. “Art. 70. O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo. Art. 71. Se, porém, a pessoa natural tiver diversas residências, onde, alternadamente, viva, considerar-se-á domicílio seu qualquer delas. Art. 72. É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde está exercida; Parágrafo único. Se a pessoa exercitar profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem. Art. 73. Ter-se-á por domicílio da pessoa natural, que não tenha residência habitual, o lugar onde for encontrada. Art. 74. Muda-se o domicílio, transferindo a residência, com a intenção manifesta de o mudar. Aqui considera-se o termo residência para a intenção do habitante em fixar-se permanentemente na cidade, ainda que o artigo traga o conceito domicílio em seu esteio, para este entende-se o habitante que se fixa na cidade somente para o trabalho.

Traduzindo a sociedade macaense por meio dos dados apresentados, é possível vislumbrar que as rápidas mudanças operadas no território ensejam, conseqüentemente, alterações em todos os setores da vida social, especialmente nos traços distintivos que caracterizam a cidade. Nesta direção, cabe destacar a indicação da UNESCO, na Declaração do México sobre Políticas Culturais, na qual cultura poderia ser definida:

Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p.39).

Todos esses elementos que caracterizam a sociedade macaense e que abrangem seus modos de vida, os quais podemos chamar de cultura macaense, experimentaram as mudanças decorrentes do afluxo de pessoas que ensejaram um encontro entre uma conjuntura passada e uma atual.

Esses dados amparam a afirmação de que a sociedade macaense sofreria um rápido hibridismo cultural, assemelhado ao que pode ocorrer em alguns territórios que são objetos de atração de capital e decorrente possibilidade de emprego e melhoria das condições de vida, o que, claramente, não é um processo passivo ou livre de contradições. Seguindo a vertente de Bhabha, esse conceito tem relevância para o contexto apresentado, em razão de caracterizar uma nova articulação social que se processa através de uma “negociação complexa”, composta das manifestações provenientes das mais variadas áreas da vida social, inscrita no embate de temporalidades progressas e contemporâneas.

Os termos do embate cultural, seja através de antagonismo ou afiliação, são produzidos performativamente. [...] A articulação social da diferença, da perspectiva da minoria, é uma negociação complexa, em andamento, que procura conferir autoridade aos hibridismos culturais que emergem em momentos de transformação histórica (BHABHA, 1998, p. 20-21).

Não se trata de afirmar a existência de uma crise social deflagrada por histórias de diferença cultural entre detentores de identidade cultural de “essência” e migrantes, dado que os últimos são, em sua maioria, cidadãos da mesma nacionalidade e estado, nem de fetichizar a identidade cultural, mas de resgatar as contradições no âmbito cultural, as quais se dão no bojo dessa transformação histórica, envolvendo novas articulações que resultarão na mudança dos traços distintivos dessa sociedade, chamando a atenção para esse processo de ressignificação. Outro aspecto que merece

menção é que essa ênfase afasta o estabelecimento de identidades “puras”, haja vista que a própria hibridização remete ao contato entre colonizador e colonizado, fundante da identidade cultural.

Essa rápida transformação histórica, da bucólica cidade de veraneio à capital nacional do petróleo, deverá ser testemunhada pela expressão identitária, como endossa Canclini (2008, p. xxiii),

Já não basta dizer que não há identidades caracterizadas por essências autocontidas e aistóricas, nem entendê-las como as formas em que as comunidades se imaginam e constroem relatos sobre sua origem e desenvolvimento. Em um mundo tão fluidamente interconectado, as sedimentações identitárias organizadas em conjuntos históricos mais ou menos estáveis (etnias, nações, classes) se reestruturam em meio a conjuntos interétnicos, transclassistas e transnacionais.

Nestor García Canclini põe em discussão a identidade cultural em meio a hegemonia e resistência, sob a perspectiva da hibridização entre o global e o local, das relações de conservação e descontinuidade, visando explicitar como a cultura se desenvolve.

O autor entende que não existe uma cultura única e homogênea, a qual o indivíduo teria sua identidade integrada, mas sim um complexo “processo de negociação”, – coadunando com Bhabha nesse sentido – “na medida em que são híbridas, dúcteis e multiculturais”. (CANCLINI, 1999, p. 175). Isso significa dizer que o patrimônio cultural e a identidade são, de modo geral, objetos de disputa e construção, “mas o relato artístico, folclórico e comunicacional que a constitui se realiza e se transforma em relação a condições sócio-históricas não redutíveis à encenação. A identidade é teatro e é política, é representação e ação” (CANCLINI, 1999, p. 176). Beatriz Sarlo (2000, p. 101). Complementa ainda, afirmando que na contemporaneidade não existem mais culturas populares em estudo puro, dados os avanços na comunicação, e que nada estaria interdito à influências externas, de forma que temos hoje culturas “mescladas” ou “hibridizadas”.

A identidade cultural carrega grande variedade de definições conforme a corrente de pensamento adotada, guardando assim uma complexidade inerente que merece espaço próprio, e extenso, de discussão. Sendo assim, cabe indicar, frente aos referenciais apresentados, que se trata de uma construção, uma confluência de dois conceitos, o que implica dizer que:

[...] a identidade proporciona a compreensão das predileções do indivíduo, e seu pertencimento a determinado espaço ou local, no qual a cultura faz-se presente, englobando várias simbologias, crenças e valores que trazem história. Sendo assim, a cultura em suas diversas abordagens corrobora para a definição dessa identidade, pois de alguma forma os indivíduos, em sua gênese, possuem contato com algum

modo de cultura, acreditando-se que esse elo inicial seja transmitido e influenciado em seu marco inicial pela família, e depois por outros meios de socialização. [Assim] o indivíduo quando envolve-se em um processo de identificação com determinada cultura, ele passa a encaixar-se a elementos estabelecidos através de símbolos, de ideias e principalmente com valores que são consideradas e transmitidas dentre as gerações”(FREITAS JUNIOR; PERUCELLI, 2019, p. 112 e 119).

Retomando Canclini e a metáfora da representação que ele insere, assim como a ideia tradicionalista de identidade cultural – que o autor cita criticamente refletindo sobre legitimação política<sup>10</sup> –, mas que persiste no imaginário e no cotidiano social, também se obtém auxílio na compreensão do estabelecimento dos limites do conceito, quando afirma que a identidade cultural

[...] se apoia em um patrimônio, constituído através de dois movimentos: a ocupação de um território e a formação de coleções. Ter uma identidade seria, antes de mais nada, ter um país, uma cidade ou um bairro, uma entidade em que tudo o que é compartilhado pelos que habitam esse lugar se tornasse idêntico ou intercambiável. Nesses territórios a identidade é posta em cena, celebrada nas festas e dramatizada também nos rituais cotidianos. Aqueles que não compartilham constantemente esse território, nem o habitam, nem tem portanto os mesmos objetos e símbolos, os mesmos rituais e costumes, são os outros, os diferentes. Os que tem outro cenário e uma peça diferente para representar (CANCLINI, 2008, p. 190).

Obviamente, como já indicado anteriormente, não se detém aqui a pretensão de apresentar um conceito acabado e hermético mas, sim, formas de aproximação que sejam válidas para interpretação do contexto social apresentado. Entretanto, é possível inferir, a partir dos elementos que compõem a discussão sobre a temática, e também determinar, precipuamente, a associação entre o indivíduo e alguma(s) cultura(s), em permanente transformação, em um determinado território<sup>11</sup>.

### **Lugar ou não lugar**

Todas as transformações correntes na vida cotidiana de todos nós, resultantes de um processo de globalização, estão relacionadas ao espaço, ao tempo e a sociedade. As análises de Marc Augé, sobre “lugar e não lugar” permitem-nos “tomar consciência dessas transformações, que surgem de uma forma aparentemente ‘natural’ e vão substituindo a cidade antiga pela emergência de uma ‘nova cidade’ ” (SÁ, 2014, p. 209).

---

<sup>10</sup> Nesse trecho Canclini considera que a dessubstancialização do conceito de patrimônio nacional se dá através do questionamento da identidade cultural apoiada no patrimônio, instada enquanto pressuposto do tradicionalismo.

<sup>11</sup> Sem esquecer das convergências e multiplicidades provenientes do mundo virtual, dos deslocamentos, etc.

No caso que se apresenta, essa nova cidade é formada, poder-se-ia dizer mesmo que de forma agressiva, com grande circulação de capital e os desequilíbrios sociais que acompanham essa “aventura” do petróleo. A alteridade, com a inclusão de novos elementos e a transformação social, é uma consequência natural em qualquer sociedade, contudo, esse traço tem um reforço conjuntural que não deve ser desprezado. Nesse sentido, Augé (1994, p. 7 *apud* SÁ, 2014, p. 210) “também indica que o que está em jogo na construção dos espaços e na sua própria vivência, que permite a aceleração do tempo e a virtualização do espaço, é a transformação de nós mesmos em outros”, uma referência indireta a hibridização na sociedade contemporânea. Também merecem referência e estudos posteriores as possibilidades de acesso às interações entre os indivíduos nascidos no território e os migrantes<sup>12</sup>, contudo, tal interface exige a reunião de fontes e formatos diversos de acesso ao campo, não constituindo objeto de estudo neste artigo, que se volta para a leitura que esses migrantes possuem do que é local.

Até o momento, realizou-se um percurso iniciado na origem da cidade, passando pelas definições de desenvolvimento, território e sociedade. A razão motivada de tal percurso se dá pela tentativa de pensar o território usado, composto pelo indivíduo, com suas vertentes políticas, sociais, culturais e econômicas, aludido em Milton Santos, em sua confluência com o lugar antropológico de Marc Augé, em contraposição com o não lugar.

O lugar antropológico, aprofundando-se no aspecto da identidade no território usado, abrange a “possibilidade dos percursos que nele se efetuam, dos discursos que nele se pronunciam e da linguagem que o caracteriza” (AUGE, 1994, p. 76) contrapondo-se a ideia de lugar apresentada por Certeau,

[...] que o opõe ao espaço, como a figura geométrica ao movimento, a palavra calada à palavra falada ou o estado ao percurso. O espaço, para ele, é um “lugar praticado”, “um cruzamento de forças motrizes”: são os passantes que transformam em espaço a rua geometricamente definida pelo urbanismo como lugar (AUGÉ, 1994, p. 75-76).

---

<sup>12</sup> Tais questões podem ser abordadas à luz dos estudos sobre relações intergrupais realizados por Tajfel e Turner. Estes autores possuem diversas obras que tratam do estudo da identidade e das relações entre grupos sociais, no campo da psicologia social.

A definição de espaço, neste trabalho, é interpretada pela perspectiva de Marc Augé, de modo mais funcional, ou para designar lugares desqualificados ou pouco qualificáveis, como por exemplo, “espaços-lazeres” ou “espaços-jogos”.

Os lugares são simbólicos, identitários, relacionais e históricos, e não se confinam somente aos “lugares de memória” (Pierre Nora) ou monumentos construídos para lembrar. Pensa-se a cidade como um lugar simbólico, sobretudo para os que moram e guardam uma relação afetiva e identitária, ainda que sejam aqueles que têm pouco tempo de moradia, mas que escolheram a cidade para fixar-se permanentemente.

Assim, atinge-se uma distinção que muitos podem considerar perigosa, mas que surge de uma inquietação empírica, cotidiana e que intima a construção deste texto. Entendendo que a sociedade macaense está imersa em uma “hibridização cultural”, sendo objeto de grande fluxo migratório de pessoas, cabe questionar até que ponto esses indivíduos se apropriam do patrimônio cultural desse lugar.

As alterações na paisagem são facilmente identificáveis pela iconografia histórica local. Economicamente, também há uma cidade que deixou de ter características predominantemente rurais para, a partir da década de 1980, apresentar uma estrutura urbanizada.

No entanto, os aspectos simbólicos da sociedade são mais difíceis de serem evidenciados. A cultura efetiva-se como dinâmica, em constante movimento de troca, na qual a identidade está imersa. Clássicos como Geertz (1978) buscam trazer diversos conceitos sobre o “modo de vida global de um povo” e “o legado social que o indivíduo adquire do grupo”, ajudando a perceber o nítido e natural contato entre os indivíduos, formador de identidade e pertencimento de um grupo.

O que se questiona é como se imprime o valor simbólico identitário do território para o indivíduo que flui para ele, olhando além da perspectiva da valoração meramente econômica.

Para fins de ilustração, se faz necessária a apresentação de alguns dados levantados pela Pesquisa Domiciliar realizada pelo Programa Macaé Cidadão, em 2006, e que identificou as principais características culturais da população macaense.

**Tabela 2:** Conhecimento ou não da população residente das manifestações culturais do Município de Macaé - 2006-2007

Situação	Total	%
Total	196 152	100,0
Boi Pintadinho	77 038	39,3
Dança do coco	7 238	3,7
Folia de Reis	16 842	8,6
Dança do Fado	3 699	1,9
Jongo	2 737	1,4
Outra	62	0,0
Não conhece nenhum	88 536	45,1

**Fonte:** Programa Macaé Cidadão - Pesquisa Domiciliar 2006. apud ANUARIO... (2012, p. 367)

**Nota:** Cada pessoa pode conhecer mais de uma manifestação cultural.

Dados muitos relevantes são apresentados nas tabelas 2 e 3. Nota-se que na tabela 2, 45% dos indivíduos afirmam não conhecer nenhuma das manifestações culturais do município. E, na tabela 3, percebe-se que 10% não conhecem nenhum dos patrimônios culturais da cidade.

**Tabela 3:** População residente segundo os patrimônios culturais que conhece - Município de Macaé - 2006-2007

Situação	Total	%
Total	580 403	100,0
Igreja de Sant'ana	84 882	14,6
Igreja de São João Batista	70 145	12,1
Farolito	35 108	6,0
Sociedade Musical Nova Aurora	52 245	9,0
Sociedade Musical Lira dos Conspiradores	45 630	7,9
Solar dos Mellos	33 244	5,7
Arquipélago de Sant'ana	35 946	6,2
Teatro Municipal	78 655	13,2
Cine Clube	55 348	9,5
Galeria de Arte Hindemburgo Olive	28 607	4,9
Nenhum	62 595	10,8

**Fonte:** Programa Macaé Cidadão - Pesquisa Domiciliar 2006. apud ANUARIO... (2012, p. 368)

**Nota:** Cada pessoa pode conhecer mais de uma manifestação cultural.

As indicações que esses dados apresentam podem endossar a compreensão sobre a aparente falta de integração dos indivíduos com a cultura macaense. É possível que a ausência de projetos do poder público, voltados ao patrimônio histórico, ao longo dos anos, tenha contribuído para tais resultados.

Esquecidas no tempo ficaram as construções históricas, os bens materiais e imateriais. A ausência de projetos do poder público para preservação destes bens desconsiderados enquanto patrimônio histórico, gerou uma sociedade que desconhece sua essência, não discute o seu passado, não constrói sua identidade a partir da memória do lugar em que vive e, conseqüentemente, não discute o seu



presente e o seu futuro. [...] A referência de quem somos é construída pela ligação entre o passado e o presente, utilizando os elementos que os constituem. O registro escrito do espaço urbano, aos poucos modificado com o crescente processo de desenvolvimento, favorece a percepção do descaso e abandono, e mesmo, o desconhecimento da sua história: (SILVA; FARIA, 2012, p.117).

Em um momento histórico em que “uma das maiores dificuldades atuais está em se manter fiel a uma identidade por muito tempo, o que gera uma ausência de pontos de referência duradouros” (FRAGA, 2011, p. 248), é fundamental ligar o passado, ou presente, criando referências por meio das cidades, que “são verdadeiros baús de reminiscências, lugares privilegiados onde as diversas memórias individuais podem se interligar para construir a memória coletiva.” (TOCHETTO; THIESEN, 2007, p.176) como estratégia para manutenção dessa construção identitária.

Afirmado a identidade como um valor presente no território, retoma-se a ideia de não lugar descrito por Augé, contudo, focando no indivíduo e na relação que ele estabelece com o lugar. O autor determina duas realidades que se complementam para o entendimento dos não lugares: Por não-lugar designamos duas realidades complementares, porém distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços. (AUGÉ, 1994, p. 87).

Estendendo a definição de não lugar para o caso da cidade de Macaé, ponderar-se-á sobre alguns aspectos, inerentes às duas realidades complementares colocadas. A primeira indagação que se pode levantar é se os indivíduos interagem com a cidade como um espaço constituído em relação a um fim, notadamente o trabalho. Observa-se que dos 42,6% de habitantes não-nativos residentes no município, 83,2% são naturais do Estado do Rio de Janeiro<sup>13</sup>. Logo, suas relações de pertencimento e identidade podem estar voltadas aos seus municípios de origem.

Embora o estudo do Programa Macaé Cidadão apresente seus resultados utilizando o termo “população residente”<sup>14</sup>, essa residência pode ser relativizada, visto que muitos indivíduos têm a possibilidade de se estabelecerem de modo transitório, ou mesmo precário, utilizando hotéis, comprando ou alugando um imóvel, manifestando com a cidade apenas uma relação com a finalidade de trabalho.

---

<sup>13</sup> Dados referentes ao último censo realizado pelo IBGE em 2010.

<sup>14</sup> Observar nota 7. O estudo parece delimitar o conceito de domicílio ao sinônimo de casa, habitação.

A relação que os sujeitos provenientes do fluxo migratório motivado pelo desenvolvimento estabelecem com o lugar, representado neste trabalho pela cidade, poderia ser abordada separando-os em dois grupos: os migrantes e a nova elite da globalização<sup>15</sup>. Assim, “esses grupos, apesar de suas situações econômicas, sociais e culturais diferentes, possuem muita dificuldade de se identificar com o espaço que habitam”-(SÁ, 2014, p. 121 *apud* SENNETT, 2000, p. 181).

É como se a cidade não lugar mediasse “todo um conjunto de relações consigo e com os outros que só diz respeito indiretamente aos seus fins” (AUGÉ, 1994, p. 85), que seriam, como já colocado, em sua maioria provável, o trabalho.

É necessário esclarecer que se considera, para esses questionamentos, além dos migrantes, a população pendular ou flutuante que acessa a cidade apenas para fins de trabalho e/ou estudo, mantendo, assim, uma relação de distanciamento com a identidade do lugar e, conseqüentemente, sob esse escopo, podendo considerá-la um não lugar.

### **Considerações finais**

A complexidade da questão parece não caminhar para respostas definitivas. O mais interessante é pensar o lugar, suas contradições e como se processa sua formação no tempo. Este é nosso objetivo geral. Realizar a leitura da cidade, considerando as noções de território usado e sua relação com o lugar/não lugar de Marc Augé, parece fazer sentido para a consideração de tamanhas mudanças provocadas pela fluidez de pessoas estabelecidas de forma temporária ou até permanente.

É necessário um movimento contínuo para recuperar o valor simbólico e identitário da cidade participe dessa efervescência cultural, na confluência do passado e atualidade, dinamizando os patrimônios históricos e tornando-os parte da sociedade, abertos à visitação e ao conhecimento de todos, “pois o que parece inquietar Augé é a súbita e rápida substituição dos lugares pelos não lugares” (SÁ, 2014, p. 215).

Não se encerra, aqui, o debate proposto. Apenas encaminham-se questões para reflexão que permeiam o cotidiano dos macaenses e fazem pensar sobre em que cidade se habita, suas distorções

---

<sup>15</sup> Teresa Sá (2014, p. 222) afirma que embora Marc Augé não associe grupos sociais aos não lugares, “no entanto, em Letempsen ruines, Augé, referindo-se a uma arquitetura que chamou de ‘singularidades e dos não lugares’, associou-a a uma minoria rica esclarecida.” Esse aspecto pontuado, para efeitos desse texto, amplia-se a análise para todos os grupos sociais sob o termo de migrantes.

e como podemos, por meio dessas análises, compreender melhor os caminhos pelos quais podem ser formadas a identidade cultural e territorial.

#### Referências bibliográficas:

ABRIL: Mês ferroviário em Macaé. **Macaé News**, Macaé, 8 abr. 2015. Disponível em: <http://www.macaenews.com.br/artigo/566-abril-mes-ferroviario-em-maca-e-queremos>. Acesso em: 29 jul. 2019.

ANUÁRIO de Macaé 2012. Macaé: Coordenadoria Geral do Programa Macaé Cidadão, 2012.

AUGÉ, Marc. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FIGUEIREDO, Janaina P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CAMAZ, Fernando Ribeiro. Duque de Caxias-Rio de Janeiro: contradições entre crescimento econômico e desenvolvimento social. **Revista brasileira de geografia econômica**, São Gonçalo, RJ, ano 4, n. 7, 2015.

CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4.ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 2008.

CANCLINI, Néstor García. **Diferentes, desiguais e desconectados**: mapas da interculturalidade. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CARVALHO, Augusto de. **Apontamentos para a Historia da Capitania de S.Thomé**. Campos: Typ. e Lith. de Silva, Carneiro & Comp., 1888.

FRAGA, Marcus Vinicius. Os não lugares não existem: uma visão crítica na pós-modernidade. **Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 245-259, 2011.

FREITAS JUNIOR, Miguel Archanjo de; PERUCCELLI, Tatiane. Cultura e identidade: compreendendo o processo de construção/desconstrução do conceito de identidade cultural. **Cadernos de estudos culturais**, Campo Grande, MS, v. 2, p. 111-133, jul./dez. 2019.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIESBRECHT, Ralph Mennucci. In: E. F. Macaé a Campos (1873-c.1890). **Estações ferroviárias do Brasil**. [S. l.], 1 fev. 2018. Disponível em: [http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl\\_rj\\_litoral/maca.htm](http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_rj_litoral/maca.htm). Acesso em: 29 jul. 2019.

IBGE. **Atlas de saneamento 2011**: glossário. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv53096\\_glossario\\_equipetec.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv53096_glossario_equipetec.pdf). Acesso em: 14 dez. 2020.

- IBGE. **Atlas do Censo Demográfico 2010**: glossário. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: [https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209\\_213\\_Glossario\\_ATLASDEMO%202010.pdf](https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/209_213_Glossario_ATLASDEMO%202010.pdf). Acesso em: 14 dez. 2020.
- LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990
- MERCADANTE, A. **O governo Lula e a construção de um Brasil mais justo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2010.
- MOYSÉS, Yana dos Santos. O COMPERJ: modelo de desenvolvimento hegemônico e contradições no espaço local (Itaboraí, Rio de Janeiro). **Revista Geografar**, Curitiba, v. 5, n. 1, p. 01-24, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/geografar/article/view/17779/11605>, Acesso em? 29 jul. 2019.
- RICETO, Alisson; SILVA, Vicente de Paulo da. **O território como categoria de análise da geografia**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 9, n. 28, p. 146-152, dez. 2008.
- ROSTOW, W. W. Chapter 2, "The Five Stages of Growth-A Summary. In: **The Stages of Economic Growth: A Non-Communist Manifesto**. Cambridge: Cambridge University Press, 1960. Disponível em: <http://www.mtholyoke.edu/acad/intrel/ipe/rostow.htm>. Acesso em: 25 jul. 2019.
- SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo Social, Revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 209-229, nov. 2014.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 13- 21.
- SANTOS, Milton. **O Território e o Saber Local**: algumas categorias de análise. CADERNOS IPPUR, Rio de Janeiro, ano 13, n. 2, ago./dez. 1999.
- SARLO, Beatriz. **Cenas da Vida Pós-Moderna**: intelectuais, arte e videocultura na Argentina, Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.
- SENNETT, Richard. "Street and office: two sources of identity". In: HUTTON, Will; GIDDENS, Anthony. **On the edge, living with global capitalism**. Londres: Jonathon Cape, 2000. p. 175-190.
- SILVA, José Eduardo. Wilson Witzel: "Precisamos acabar com a dependência da indústria do petróleo". **O Debateon**, Macaé, 17 set. 2018a.
- SILVA, Laís Capoani da. **A estratégia social-desenvolvimentista: uma análise empírica do governo Lula**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2018b.
- SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; FARIA, Teresa de Jesus Peixoto. Migração em Macaé: Impactos da Industrialização no Processo de Urbanização. **VÉRTICES**, Campos dos Goytacazes, v.14, n. especial 2, p. 111-132, 2012.
- SILVA, Scheila Ribeiro de Abreu e; CARVALHO, Meynardo Rocha de (orgs.). **Macaé, do caos ao conhecimento**: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica. Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.
- SOUZA, Joseane de; PASSARELLI-ARAÚJO, Hisrael; VASCONCELOS JÚNIOR, Alex Fabiano da Silva. Macaé: uma cidade em movimento. In: ABREU E SILVA, Scheila Ribeiro de;

CARVALHO, Meynardo Rocha de (org.). **Macaé, do caos ao conhecimento**: olhares acadêmicos sobre o cenário de crise econômica Macaé: Prefeitura Municipal de Macaé, 2019.

TOCETTO. F.; THIESEN, B. A Memória fora de nós. **Revista do Patrimônio**, Rio de Janeiro, n. 33, 2007.

UNESCO. **Mexico City Declaration on Cultural Policies**. Paris: UNESCO, 1982.